AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.087 - MT (2019/0113848-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	LUCIANY RUFINO DA SILVA
AGRAVANTE	:	CARLA DIVINA OLIVEIRA DE ALMEIDA
AGRAVANTE	:	SUELEM CRISTINA MARCONDES PEREIRA
AGRAVANTE	:	JUVENAL FERNANDES DE OLIVEIRA FILHO
AGRAVANTE	:	JOSEANE FRANCISCO SAMPAIO
AGRAVANTE	:	MARIA IZABEL BLANCO
AGRAVANTE	:	ROSIMEIRE DIAS GOMES
ADVOGADO	:	LEANDRO MÁRTINES GONÇALVES DE AMORIM - MT021353
AGRAVADO	:	MUNICÍPIO DE CUIABÁ
ADVOGADO	:	FILIPE XAVIER RIBEIRO - MT019465B
INTERES.	:	HILTON GONCALO NASCIMENTO DE SOUZA
INTERES.	:	JEFFERSON CLAUDIO SANTANA
INTERES.	:	FERNANDA DA SILVA MORAES
INTERES.	:	CELSO SOUZA DA CONCEICAO
INTERES.	:	LARA FERREIRA WEILER
INTERES.	:	LUELISON RUFINO DA SILVA
INTERES.	:	NILIO CASTRO DA COSTA JUNIOR
INTERES.	:	RINALDO DAMASCENO MELLO
INTERES.	:	THAIZ REGINA MAIA FERREIRA
INTERES.	:	THAMELLA LIMA MIRANDA SOUSA
INTERES.	:	LETICIA FREITAS DA SILVA
INTERES.	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUCIANY RUFINO DA SILVA e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.os 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de LUCIANY RUFINO DA SILVA e OUTROS, a parte recorrente foi intimada da decisão agravada em 13/11/2018, sendo o

agravo somente interposto em 10/12/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

A segunda-feira de Carnaval, a Quarta-Feira de Cinzas, os dias que precedem a Sexta-Feira da Paixão e o de *Corpus Christi* não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam feriados locais, deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente